

A SEGREGAÇÃO SOCIO ESPACIAL: CONCEITO, FORMAÇÃO E ANÁLISE A PARTIR DAS AMENIDADES NATURAIS E SOCIALMENTE CONSTRUÍDAS

Maiara Santos Silva¹

Elizabeth Maria Feitosa da Rocha de Souza²

338

Resumo. O espaço urbano possui uma grande diversidade interna, como um mosaico de elementos que se integram e se relacionam. A segregação é constituída a partir das diferenças e de ações estratégicas para a manutenção das classes sociais presentes nesses espaços. O presente artigo traz uma discussão teórica sobre o conceito de segregação espacial tendo como suporte, a adoção das amenidades naturais e socialmente construídas, como indicadores relevantes para a sua análise e compreensão. O texto contribui para um aprofundamento sobre o uso das amenidades como indicadores de análise, podendo contribuir para a geração de cenários sobre a influência socioambiental nos espaços urbanos. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é discutir a relação entre a segregação socioespacial e as amenidades naturais e socialmente construídas na cidade do Rio de Janeiro, apontando a relação existente e as potenciais escolhas de indicadores para aplicações em análises e estudos espaciais.

Palavras-chave: Segregação 1; Amenidades 2; Espaço urbano 3; Análise socioespacial 4.

SPACE SOCIAL SEGREGATION : CONCEPT, FORMATION AND ANALYSIS FROM NATURAL AND SOCIALLY CONSTRUCTED AMENITIES

Abstract. Urban space has a great internal diversity, as a mosaic of elements that integrate and relate. Segregation is constituted from differences and strategic actions for the maintenance of social classes present in these spaces. This article presents a theoretical discussion about the concept of spatial segregation supported by the adoption of natural and socially constructed amenities as relevant indicators for its analysis and comprehension. The text contributes to deepening the

¹ Mestre em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.  <https://orcid.org/0000-0002-3729-5493>. E-mail: maiara.geografia@gmail.com.

² Professora Doutora, Universidade Federal do Rio de Janeiro.  <https://orcid.org/0000-0002-2672-8169> E- mail. elizabethmfr@gmail.com.

use of amenities as indicators of analysis, and may contribute to generation of scenarios about the social and environmental influence in urban spaces. Thus, the aim of this research was to discuss the relationship between sociospatial segregation and natural and socially constructed amenities in the city of Rio de Janeiro, pointing out the existing relationship and possible choices of indicators for applications in spatial analysis and studies.

Keywords: Segregation 1; Amenities 2; Urban space 3; Spatial analysis 4.

SÉGRÉGATION SOCIALE SPATIALE : CONCEPT, FORMATION ET ANALYSE DES ÉQUIPEMENTS NATURELLES ET SOCIALEMENT CONSTRUITES

Résumé. L'espace urbain a une grande diversité interne, comme une mosaïque d'éléments qui s'intègrent et se relient. La ségrégation est constituée des différences et des actions stratégiques pour le maintien des classes sociales présentes dans ces espaces. Cet article présente une discussion théorique sur le concept de ségrégation spatiale soutenu par l'adoption d'équipements naturels et socialement construits comme indicateurs pertinents pour son analyse et sa compréhension. Le texte contribue à approfondir l'utilisation des équipements comme indicateurs d'analyse et peut contribuer à la génération de scénarios sur l'influence sociale et environnementale dans les espaces urbains. Ainsi, l'objectif de cette recherche était de discuter de la relation entre la ségrégation sociospatiale et les commodités naturelles et socialement construites dans la ville de Rio de Janeiro, soulignant la relation existante et les choix possibles d'indicateurs pour les applications dans l'analyse spatiale et les études.

Mots-clés : Ségrégation 1; Équipements 2; Espace Urbain 3; Analyse Socio-Spatiale 4.

Introdução: Aspectos relativos à segregação socioespacial e a abordagem analítica por meio de amenidades no Rio de Janeiro

O espaço urbano pode ser considerado um recorte espacial privilegiado para a observação de diversos fenômenos socioespaciais em virtude dos processos que acompanharam sua evolução e uma consequente desigualdade social vigente. As discussões sobre exclusão e segregação socioespacial aparecem de forma crescente no Brasil e no mundo a partir de perspectivas de diferentes agentes presentes no espaço urbano.

Na cidade capitalista ocorrem diversos processos sociais que criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana (CORRÊA, 1989). Neste caso, o fenômeno da segregação pode representar um meio de controle e de reprodução social. Pode-se observar, portanto, de forma concreta como esta reprodução se manifesta, por meio de formas simbólicas espaciais.

Na medida em que se constata diferenças da paisagem e diferenças das dinâmicas desenvolvidas no espaço urbano, os lugares atribuem um novo significado, como um status ao local. Vista como o lócus da desigualdade social, a cidade traz uma imensa disparidade de distribuição de renda acarretando impactos, muitas vezes negativos, na configuração do seu espaço.

Na cidade do Rio de Janeiro, observa-se a configuração de novos cenários urbanos, com o acirramento das formas de segregação espacial que evidenciam a disparidade da paisagem e dos serviços oferecidos pelas diferentes áreas da cidade. Nessa perspectiva, propõe-se uma reflexão sobre a análise da segregação espacial no Rio de Janeiro considerando as amenidades naturais e socialmente construídas como agentes do processo de segregação espacial em curso.

Cabe destacar, que a discussão apresentada sobre áreas segregadas no município do Rio de Janeiro considera o perfil socioeconômico da população como determinante na configuração existente. Essa condição contribui para a segregação na cidade devido à sua desvalorização atribuída ao “*status do bairro*”:

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

Isso faz com que a população mais pobre muitas vezes não possa arcar com os custos das benfeitorias – devido a mecanismos de renda da terra – e seja deslocada para outras áreas, distantes e desprovidas de infraestrutura básica e equipamentos públicos, aumentando, desse modo, seus gastos com transporte e sua exposição a variados tipos de risco. (Bichir, 2009, p.79).

Cabe ressaltar que aqui considera-se que o status do bairro é fruto da valorização fundiária (CORRÊA, 1989) e as amenidades presentes, são constituídas de interesse econômico, conforto material, condições ambientais, reprodução material ou simbólica distinção social que são apropriadas diferentemente (ZANELLA et al., 2009).

Os espaços mais valorizados pela sociedade são aqueles mais bem servidos de infraestrutura urbana, possuem os aluguéis mais elevados e apresentam amenidades naturais e/ou socialmente produzidas. As amenidades, normalmente são bens públicos dos quais todos os habitantes de uma determinada área deveriam usufruir sem custos específicos para os seus potenciais utilizadores. A qualidade do lugar, decorrente da concentração de amenidades em um determinado ponto do espaço, acaba por gerar, no médio e longo prazo, um aumento de riscos e vulnerabilidades, tanto na área onde se concentram quanto nas áreas vizinhas que podem não usufruir dos mesmos recursos disponíveis.

A cidade assume formas distintas constituídas de um conjunto de elementos econômicos, políticos e culturais próprios. Assim, percebe-se principalmente na cidade do Rio de Janeiro às diferenças espaciais, a partir da identificação dos espaços ocupados por diferentes grupos sociais, a qual se trata de um espaço heterogêneo e segregado com diferentes interesses políticos e econômicos que se afastam das demandas sociais e de organização e gestão da cidade.

Dentre alguns dos efeitos promovidos pelos processos de reestruturação do urbano intensificados pela globalização (MARISCO, 2003), há um aumento significativo da exclusão social, entendida como um processo associado a perdas gradativas dos direitos fundamentais a todo ser humano (o direito à saúde, à educação, à habitação, ao emprego, aos direitos civis, aos direitos políticos etc.), enfim, aos mínimos direitos

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por sua vez, o impacto da globalização sob os processos de reestruturação da economia e no padrão de estruturação das cidades vem acentuando a segregação socioespacial, resultando em um tecido urbano cada vez mais fragmentado.

A partir deste entendimento, conclui-se que a segregação e a exclusão se fortalecem mutuamente na dinâmica urbana. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é discutir a relação entre a segregação socioespacial e as amenidades naturais e socialmente construídas na cidade do Rio de Janeiro, apontando a relação existente e as potenciais aplicações em análises e estudos espaciais.

Segregação Socioespacial Urbana – importantes reflexões

Na contemporaneidade, grandes centros urbanos possuem uma organização espacial fracionada e complexa com formas e arranjos espaciais dotados de diversas temporalidades. Isso significa que existem várias partes dessa organização que compõe o todo, porém cada parte com sua especificidade em diversos aspectos. As grandes cidades capitalistas apresentam um rico mosaico das diferentes ocupações da terra que ocorrem a partir do seu conteúdo econômico e social, se tornando segregados pelas suas formas e arranjos espaciais diferenciados, desde as favelas até os condomínios exclusivos.

Diferentes indivíduos, neste contexto, precisam se organizar e se posicionar no espaço. Uma parte da população ocupa espaços diferenciados para habitação por motivos e acessos específicos que corroboram para a distinção das classes sociais. Desta forma, o fornecimento de serviços urbanos básicos em algumas localidades se torna diferenciado, tais como sistema de coleta de esgoto, água potável, energia elétrica e asfaltamento. Entende-se de forma geral, que estes serviços nas áreas centrais estão mais presentes e são mais visíveis do que em outros bairros de uma cidade, assim como outras características urbanas.

As interações espaciais refletem as diferenças de lugares face às necessidades identificadas. Os loteamentos residenciais fechados revelam seus aspectos de

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

segregação e isolamento social, de interrupção do traçado urbano e de privatização do espaço de natureza pública entre outros (GUATELLI, 2012). Esta segregação se dá a partir de um grau de aglomeração de um determinado grupo social/étnico em uma dada área (GAMA, 2004). O espaço urbano aparece, primeiramente, como um espaço fragmentado, composto de diferentes paisagens (CORRÊA, 1989). Dessa forma, este espaço urbano assume formas distintas, constituídas de um conjunto de elementos econômicos, políticos e culturais próprios. Seguindo este pensamento, é possível se aproximar da ideia de que a segregação é (re)produzida por uma lógica global proveniente do capitalismo moderno (LEFEBVRE, 1999). Lefebvre acrescenta a discussão ao afirmar que a segregação poderia se generalizar por classe, bairro, profissão, idade, etnia e sexo, tornando possível para uma análise espacial, a possível definição de indicadores para qualitativamente identificar a população segregada em determinadas áreas. Esses elementos importantes servem para influenciar o local no qual os indivíduos vão buscar suas residências.

A relação da classe social, ao status e renda que vai além do valor que o indivíduo ganha, inclui também os valores relacionados aos investimentos públicos e privados que os beneficiam diretamente. Existe uma tendência de exclusão social muito forte no Brasil, de grupos que se negam a conviver com outros que têm padrão cultural e socioeconômico diferente, e isso se transforma em um processo de fragmentação da cidade.

Nas cidades capitalistas, um dos processos espaciais mais marcantes, no que tange à distribuição da população, é o de segregação residencial, que é uma expressão espacial das classes sociais. Portanto, é possível questionar quais seriam os padrões da segregação em uma cidade para um estudo das diferenças socioespaciais em uma determinada área urbana.

De acordo com Alvarez (2013), no caso brasileiro, os planos urbanísticos, vistos como políticas de Estado, se transformaram em promotores da segregação, uma vez que a valorização do preço da terra expulsou os moradores que não possuíam meios para pagar e, como consequência, o espaço tornou-se cada vez mais dividido.

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

O perfil de segregação tem diversas causalidades, todas com impactos sobre o valor do solo urbano e contribuindo para definir o nível de renda predominante em cada região da cidade, tais como: diferenças na qualidade da infraestrutura urbana (saneamento básico, arruamentos, iluminação pública, etc.); maior nível de segurança nos bairros próximos ao centro da aglomeração em contraposição aos altos níveis de criminalidade verificados na periferia; pouca existência de equipamentos urbanos, tais como praças, parques públicos e outras áreas de convívio e lazer nas áreas mais afastadas do Centro, ao contrário do que ocorre nos bairros mais centrais da aglomeração; extrema carência, ou mesmo ausência, de equipamentos culturais (teatros, cinemas, casas de show, museus, centros culturais, etc.) nos espaços periféricos, em contraste com os bairros centrais. Além disso, há deficiências do transporte público que aumentam consideravelmente os movimentos pendulares a partir dos espaços periféricos, desvalorizando-os consideravelmente.

A segregação foi uma temática pioneira nos estudos sobre urbanização e esta temática se apresenta nos estudos teóricos em duas principais frentes. A primeira vertente da ecologia urbana, pioneira nos estudos empíricos da Escola de Chicago, produziu um vasto e variado conjunto de pesquisas sociais definindo padrões espaciais de residências seletivas e guetos. Na segunda frente, denominada por Materialismo Histórico Dialético Marxista, a cidade é um local visto epistemologicamente e por excelência da dialética. A segregação urbana, que reflete a divisão da população urbana em classes sociais, poderia ser vista por zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas.

A segregação se formaliza como um reflexo das diferenças econômicas e sociais nos espaços sobre a diligência de diferentes grupos sociais. Consequentemente, os indivíduos entram em competição para ocupar os melhores lugares, e as pessoas – os grupos – mais fortes tendem a ocupar lugares privilegiados. Cabe destacar que não se deve associar periferia em sua totalidade, às regiões com elevada precariedade de infraestrutura e baixa renda da população. Exemplos como o caso do bairro da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro, são claros opositores dessa premissa pois estão presentes

empreendimentos imobiliários de alto padrão, que atraem uma população elitizada para ocupar e empreender.

Com a formação da Escola de Chicago inaugura-se um novo campo de pesquisa da Sociologia, centrado exclusivamente nos fenômenos urbanos, que se encaminhou para a constituição da chamada Sociologia Urbana como ramo de estudos aptos para este meio: O pioneirismo da Escola Sociológica de Chicago na análise crítica da segregação no espaço urbano pode ser representado nas especificidades que emergiram com a evolução e o desenvolvimento das cidades no âmbito da urbanização no início do século XX, a qual a Europa e os Estados Unidos despontavam em termos de transformação social e espacial. Cabe destacar que a discussão sobre segregação deve considerar ainda as visões neoclássicas e a abordagem marxista, para um completo entendimento temporal de sua construção. Autores relevantes como Castells (2000) apresenta temas pautados na lógica endurecida da acumulação de capital, como políticas urbanas e as lutas travadas pelos trabalhadores para o enfrentamento do poder do Estado.

Além deste fator, a emergência da segregação enquanto conceito na pauta dos estudos sociológicos urbanos constituiu-se na própria formação da sociologia enquanto ciência por meio de um diálogo transversal com outras ciências e teorias, além de diferentes abordagens empíricas (GONÇALVES, 2012). A utilização da segregação residencial aparece como conceito, pela primeira vez, no trabalho precursor de Park na Escola de Ecologia Urbana, a partir da análise da realidade da cidade de Chicago, nos Estados Unidos. O estudo do habitat social (espaço físico e relações sociais) tinha como finalidade questionar como as plantas, animais e pessoas interagiam em um determinado meio urbano. Havia a busca de uma certa seletividade nas ações humanas, pois os lugares tinham sentidos diferentes para cada grupo social. De acordo com Gonçalves, a partir dos anos de 1960, a corrente teórica fundamentada no marxismo se constitui uma alternativa ao paradigma da ecologia humana da Escola de Chicago na compreensão do fenômeno urbano. Fatores sociais se tornam os principais elementos no processo de segregação, principalmente nas formas de comportamento humano e na divisão em classes sociais (CORRÊA, 2013).

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

A cidade vista como reflexo das relações sociais faz com que também haja o questionamento sobre aqueles que estão inseridos nesta produção. O espaço urbano é a própria sociedade materializada nas formas espaciais que representam as desigualdades através de formas simbólicas espaciais. O cenário representado pela fragmentação e pela segregação socioespacial, de acordo com as concepções do Materialismo Histórico Dialético Marxista, só podem ser entendidas como resultado da luta de classes de uma sociedade, pois a organização do espaço urbano e a estruturação social estão enraizadas no processo de acumulação do sistema capitalista. Isso se reflete até mesmo na organização do trabalho, na forma de produção e nos valores de salários que se alteram de acordo com novas espacialidades.

A segregação residencial das classes subalternas resulta também de uma política de classe gerada por aqueles que detêm poder, controlando diferentes meios de produção. Nesse sentido, os agentes capitalistas configuram-se como um dos principais responsáveis por gerar a pobreza na cidade. Dos diferentes agentes modeladores do espaço urbano, o Estado, também contribui em conjunto para a criação de articulações com esses agentes e em grande medida com práticas neoliberais para o desenvolvimento da pobreza urbana.

As multinacionais e corporações globais que emergiram do processo de centralização do capital, sobretudo após a II Guerra Mundial, atuam decisivamente na (re)produção e transformação do espaço. Com a intensificação da globalização nos anos 1970 e a ascensão do capitalismo financeiro e informacional, novos modelos produtivos, como o modelo flexível, e o modelo econômico neoliberal ocasionaram desestruturas econômicas, políticas e financeiras no mundo inteiro. Esta alteração provocou mudanças das funções que as cidades desempenham na rede urbana, o que gerou novos espaços de fluxos com especializações do território e arranjos produtivos locais. A expansão das cidades médias é um exemplo de mudança do uso do solo gerado pelas novas estratégias locacionais das indústrias e suas novas posições geográficas.

A policentralidade provoca diferentes níveis de poder e de status e novas estratégias espaciais com diferentes investimentos. Mudanças dentro do espaço urbano são constantemente notadas no contexto do capitalismo financeiro. No Rio de Janeiro está

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

ocorrendo cada vez mais a construção de novos prédios na Zona Portuária, com projetos para demanda de novos escritórios próximos ao centro que se encontra saturado.

No processo de urbanização a segregação sempre se faz presente, pois no mundo capitalista a separação, seja de classes, de oportunidades, ou renda, são primordiais para o avanço de tal modelo. As revitalizações de áreas centrais são clássicas nos processos de urbanização no mundo e em comum, a população pobre é totalmente excluída nesse processo de mudanças. Isso provoca a construção de símbolos de status e é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distância e desigualdades.

Portanto, as novas áreas centrais de concentração comercial mudaram a forma dos seus centros de consumo como galerias, supermercados e dos shoppings centers, que hoje, são vistos como uma ferramenta de especulação imobiliária, além de pólo centralizador para as áreas ao redor de grande acessibilidade. Os grandes varejos da atualidade trazem centralidade e valor agregado dos terrenos ao seu redor. Consequentemente, áreas de média e baixa verticalização de prédios, levando em consideração sua centralidade em relação à localização geográfica, tendem a ser locais de intensa atuação dos incorporadores no futuro.

As dinâmicas socioeconômicas são desenroladas no espaço urbano e carregam com si diferentes desigualdades. Com a intensa verticalização e o crescimento de condomínios fechados, estes modelos habitacionais criam um controle do espaço público por meio de agentes que a partir de interesses comuns, influenciam na tomada de decisões e regras que regem a localidade, produzindo o processo de segregação residencial. Através da segregação socioespacial a classe alta controla e produz o espaço urbano, de acordo com seus interesses.

Os loteamentos fechados, no caso de Alphaville, São Paulo, evidenciam como os aspectos de isolamento social interrompem o traçado urbano e privatizam o espaço de natureza pública, assim como no Rio de Janeiro o bairro da Barra da Tijuca é cada vez mais atrativo para este tipo de negócio. Assim começou-se a construir os condomínios

fechados e as casas de alto luxo, pois a segurança e o bem-estar eram os diferenciais do empreendimento.

Nesta perspectiva, o condomínio fechado constitui-se no protótipo da forma da sociedade de consumo, uma vez que é um modelo que se dissemina como ideal de moradia e vivência cotidiana não só dos ricos, mas de outras camadas sociais, sendo um sonho de consumo que trará a tal segurança almejada.

É importante ressaltar que, em áreas mais valorizadas, como as de alto status, a infraestrutura urbana é mais acessível e de melhor qualidade. A concessão privada de equipamentos urbanos e de infraestrutura também é efeito da prática de reestruturação.

Nesse ponto cabe destacar a pesquisa e obra de Villaça (1998) que aborda de forma crítica o modelo de relacionamento entre as elites de alta renda com as cidades. O autor destaca os mecanismos de deslocamento visíveis nos centros urbanos e a maneira como as classes privilegiadas ocupam o espaço urbano e intraurbano com valorização dos imóveis e altos custos associados.

Na cidade do Rio de Janeiro, todo o sistema de transporte de ônibus da cidade foi entregue para gerenciamento empresarial. A mobilidade e o deslocamento pela cidade estão entregues nas mãos de empresários, fortalecendo este grupo dominante. Práticas deste caráter contribuem para a acumulação e concentração do capital, poder econômico e político de grupos específicos da sociedade.

A reestruturação urbana ocorre sempre como produto de tensões entre diferentes agentes sociais, como o Estado, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, as demais classes capitalistas e a sociedade como um todo. No âmbito do papel adquirido pelo consumo da sociedade contemporânea, o espaço urbano sofreu consequências nas suas formas e funções, a partir de práticas espaciais. Inicialmente pela formação de subcentros e desdobramentos do centro, que implicou em reestruturação das cidades capitalistas constituindo a policentralidade. Os impactos disso decorrem das práticas espaciais regidas pela lógica do consumo que exibem grande diversidade e grande alcance.

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

Mas como a segregação residencial se intensifica a partir desta reestruturação urbana? A paisagem da Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, por exemplo, é composta por um desenho urbano-paisagístico moderno, a partir dos modelos de superquadra, com a presença do mar e de áreas verdes, por vezes sintéticas, dando sentido ao valor ecológico ambiental. Estes espaços urbanos murados residenciais e controlados por sistemas de vigilância são comercializados com o rótulo de condomínios com amplos espaços verdes, conforto, lazer, segurança e qualidade de vida. Em geral, os grupos que residem neste local negam a oportunidade de conviver com pessoas que possuem outro padrão cultural e socioeconômico, reproduzindo a prática de autosegregação.

O status social é um conceito que está intimamente relacionado com o preconceito social de forma que define a posição social do indivíduo na estrutura da sociedade. Assim, as distâncias separam diversos grupos sociais marcados por diferentes status em termos de qualidade da infraestrutura local. Novas áreas criadas têm abrigado grandes investimentos imobiliários destinados, em sua maior parte, à classe de maior poder aquisitivo, representado por formas simbólicas espaciais de condomínios fechados e shoppings centers, por exemplo.

A segregação residencial de classes subalternas é resultado de uma política de controle de diferentes meios de produção gerada por aqueles que detêm poder em distintas áreas da cidade. Os interesses relacionados na modalidade residencial de condomínios exclusivos aparecem não só por parte dos empreendedores, que privilegiam a construção de condomínios fechados em detrimento dos loteamentos em função do maior lucro que podem obter como visto o papel dos agentes urbanos.

A cidade, mesmo enquanto “pública”, tem a propensão de se organizar de acordo com a vontade do interesse privado, que não necessariamente é a mesma vontade de seus habitantes locais, e nem sempre vai ao encontro das demandas aceitas pelo planejamento inicial de especialistas da área. Com relação ao desempenho do Estado como provedor de serviços:

[...] isso não se efetiva porque a ação do poder público não se processa de modo socialmente neutro, como se o Estado fosse uma instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamentada nos

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos. (Corrêa, 1989, p. 25).

A contribuição de agentes econômicos ou financeiros na análise da reprodução social do espaço urbano é reveladora de muitos mecanismos impulsionadores da configuração urbana brasileira, que atende aos interesses do setor imobiliário, prioritariamente nas reproduções de poder e capital. Ocorre então, como visto nas consequências da reestruturação urbana, a periferização e o embelezamento de outras áreas a partir dos mecanismos destes agentes (por um processo de gentrificação, por exemplo).

Se a dinâmica de valorização e desvalorização urbana faz parte do desenvolvimento natural em diferentes cidades pelo mundo, no Brasil a troca de pessoas de determinada área poderia ser acentuada pelo funcionamento desregulado do mercado imobiliário. Isso ocorre pelo fato de que a terra possui um valor de grandeza diferenciada e ela poderá ser acessada em locais precisos somente por aqueles que possuem um maior poder aquisitivo.

Outro problema causado pela periferização advinda dos processos de produção dos agentes dominantes do espaço urbano é a autosegregação, fenômeno que ocorre quando os indivíduos das classes sociais de alto poder aquisitivo agrupam-se em condomínios fechados, residências e prédios afastados dos centros, ou seja, afastados da aglomeração da cidade, da pobreza, miséria, violência, criminalidade e falta de estrutura:

“Projetou-se e criou-se um espaço. Não foi colocado à venda só o terreno, mas um novo estilo de vida, uma maneira moderna de morar, a valorização do verde, o contato com a natureza, a segurança entre muros, deixando-se para trás a poluição, a violência, o corre-corre, a desordem urbana. O condomínio fechado surgia como uma nova concepção de morar numa cidade marcada pela insegurança.” (Santos, 1994, p. 277).

Esses espaços habitacionais se tornaram objetos de desejo imobiliário e, dessa forma, despertaram o interesse dos agentes imobiliários, mas não de qualquer espaço, e sim daqueles de ampla acessibilidade e de alcance do mercado. O papel dos setores

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

econômico, comercial e financeiro são cruciais na reestruturação. Os proprietários de terra também estão interessados no uso comercial ou residencial de status. Podem se tornar também promotores imobiliários onde loteiam, vendem e constroem casas de luxo, tornando-se donos de seus próprios negócios.

No Brasil, cidades litorâneas como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Fortaleza, são frutos das valorizações fundiárias devido às amenidades naturais que proporcionam para seus habitantes. Além da questão cênica, o fato de existir áreas de média e baixa verticalização de prédios em menor quantidade faz com que elas sejam os locais de intensa atuação dos incorporadores.

O mercado imobiliário possui planos de longo prazo, investimentos e taxas de lucro e é neste sentido que os promotores imobiliários fazem parte de um mercado. Desenvolvem o papel de comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro. Este grupo de agentes são um dos maiores responsáveis por ampliar as disparidades entre as classes sociais a partir do momento em que aumentam o valor dos preços a níveis exuberantes, oferecendo serviços e acessibilidade para poucos, ratificando a segregação.

O processo de segregação e de periferização urbana acontecem não só pela localização distante, mas também pela não acessibilidade ao consumo de bens e serviços. O medo da violência também é uma das principais justificativas para os que escolhem os condomínios fechados como forma de vida urbana e para os que vendem a ideia de morar “atrás de muros”.

O Estado capitalista, outro agente transformador do espaço, desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço. Seu funcionalismo multifacetado se evidencia pela responsabilidade de regular, fiscalizar e cobrar, se tornando objeto de manipulações e tarefas variadas. A atuação do Estado como agente modelador do espaço se faz presente nas cidades com a cobrança de impostos territoriais que afetam o preço da terra e dos imóveis, incidindo o fenômeno da segregação social.

Além desta função, pode ser um dos agentes de maior responsabilidade pelas renovações urbanísticas. A expulsão da população pobre residente em cortiços e favelas

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

próximos ao centro da cidade, ratifica o processo de segregação residencial e viabiliza o capital imobiliário. Este ganha a oportunidade de realizar novos negócios lucrativos em áreas onde o preço da terra, devido à proximidade central, é elevado.

Como o Estado é limitado pela economia neoliberal, a precarização de algumas áreas, e a renovação urbana serão incessantemente beneficiadas pelo mercado imobiliário, gerando a gentrificação. As habitações, advindas de uma urbanização popular localizada na periferia, tendem a ser constituídas pelo sistema de autoconstrução ou por moradias construídas pelo Estado. Para todo empreendimento, o Estado valoriza a área ampliando investimentos para sua implantação, as chamadas "positividades do urbano" (LEFEBVRE apud BOTELHO, 2007). Surge então uma aliança de interesses entre o Estado e os promotores ou agentes imobiliários.

Finalmente, os grupos que seriam socialmente "excluídos", que convivem com o desemprego, doenças, violência e subnutrição também são atuantes no processo de transformação do espaço urbano. Independentemente de sua classe, essas pessoas estão inseridas na comunidade social, entretanto de forma marginalizada, periférica, vulnerável e possivelmente segregada.

No processo de gentrificação, este grupo é o que tem seu antigo espaço alterado com a instalação de parques, iluminação, ciclovias, novas linhas de transporte, ruas reformadas, variedade de comércio, restaurantes, bares, feiras de rua, etc. Enquanto os antigos moradores procuram um novo bairro, pessoas de maior poder aquisitivo estão indo morar em seus lugares ou empresas ocupando o espaço com novíssimos escritórios. Uma equalização social nunca se realiza porque as leis coercivas da competição produzem uma instabilidade dentro da paisagem. A exclusão de grupos e classes sociais dentro do urbano, é uma exclusão também da sociedade:

[...] excluir do urbano, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade; o direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória segregadora. (Lefebvre, 2008, p.32).

Sobre a gentrificação Smith (2007) destaca como um dos principais embasamentos para a gentrificação, a necessidade de produção de moradia capitalista como mecanismo de lucro. A gentrificação surge em um contexto do desenvolvimento desigual da economia capitalista e presume o deslocamento dos residentes da classe trabalhadora dos centros urbanos para novas áreas menos favorecidas. Na literatura observa-se três fases marcantes: a primeira que se refere à gentrificação de forma esporádica. A segunda ligada a um amplo processo de reestruturação urbana e econômica que impulsiona essa transição e mudança dos trabalhadores; e a terceira fase pautada numa que ocorre de maneiras distintas em diferentes cidades e bairros com ritmos particulares. Essa particularidade é observada no exemplo em curso no Rio de Janeiro, quando se denota a desocupação de alguns espaços residenciais para a implantação de estruturas de uso comum ou privado com novas funções.

Seria na produção de favelas e em terrenos públicos ou privados ocupados que esses grupos sociais se tornam, verdadeiramente, agentes modeladores, produzindo o seu próprio espaço. Além disso, a renda familiar reflete muito a condição de segregação em um segmento populacional e os locais onde este indivíduo irá frequentar, seja em espaços educacionais, de lazer e de emprego. Os diferentes núcleos formados por homogeneidade compõem a diversidade da cidade e causam certo “estranhamento” ao misturar costumes, valores e culturas diferentes em um único espaço urbano.

Representações Espaciais da Segregação: as Amenidades Naturais e Socialmente Construídas

Na contemporaneidade, a vida urbana está permeada de riscos e vulnerabilidades cada vez mais intensas e diversas, sendo percebidas e vivenciadas de formas e perspectivas diferenciadas pelos diferentes grupos sociais que ocupam este espaço. Muitos se encontram segregados pelo acesso aos recursos aprazíveis de uma vida urbana, enquanto outros desfrutam da facilidade que lhes foram ofertados em sua localidade.

As amenidades são definidas como um conjunto de características específicas de uma localidade com contribuição positiva para a satisfação dos indivíduos (HERMANN &

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

HADDAD, 2005). Não estão restritas a características naturais, como áreas verdes, praias, clima etc. Também estão incluídos na definição os bens (ou males) gerados pelo próprio homem, tais como trânsito, poluição, oferta de entretenimento, segurança e outros.

Com relação às questões sobre significados e símbolos da segregação, há exemplos a serem discutidos sobre as representações nos espaços, sejam eles naturais ou socialmente construídos.

Existem padrões nestas localizações e existem formas simbólicas espaciais que nos evidenciam os diferentes indivíduos neste contexto e que se organizam e se posicionam no espaço.

A organização pela cidade pode ser justificada, principalmente, pelo crescimento econômico, mobilidade urbana e principalmente poder (status) social.

Os setores de amenidades localizados em áreas aprazíveis, com microclima ameno, lagoas, montanhas, florestas, proximidade do mar, entre outros, constituem-se como lugares valorizados por suas belezas cênicas, ou pela proximidade de equipamentos construídos como condomínios fechados, vias expressas, shoppings centers etc. Há uma distinção das amenidades naturais e das socialmente construídas, porém, em geral, ambas carregam significados intencionais.

Mas quais agentes e quais contextos foram responsáveis por criar essas intencionalidades? As paisagens criadas carregam intencionalidades em suas formas simbólicas. Com relação a intenções mercantis produzidas por empresários, temos diferentes exemplos.

Os shoppings centers e parques temáticos constituem formas simbólicas espaciais modernas, criadas a partir da década de 1950 nos Estados Unidos, de onde foram difundidas globalmente. Os parques temáticos da Disney, onde o imaginário é criado e recriado, a partir de formas simbólicas representadas em ruas, praças, prédios, veículos antigos circulando pelos parques e personagens mágicos, criam um ambiente nostálgico que insere o indivíduo num ideal abstrato da fantasia em uma vivência real possível. Trata-se dos melhores exemplos de convergência entre economia e cultura.

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

É por meio de representações diversas que os parques temáticos efetivam os papéis que lhes foram atribuídos visando lucros desempenhados pelo interesse de empresários. Da mesma forma pode-se pensar sobre a dinâmica urbana. Distâncias separam diversos grupos sociais marcados por diferentes status em termos de qualidade da infraestrutura local.

Uma das evidências da fragmentação social pode ser encontrada na forma como o território urbano vem sendo apropriado, por intermediação do mercado imobiliário, pela opção crescente dos ricos e de parcelas das camadas médias pela residência em bairros cada vez mais elitizados e autossuficientes, especialmente no formato de condomínios fechados, promovendo um isolamento em relação ao resto da população. Esse processo especulativo não acontece ao acaso e existem símbolos contidos nos objetos da paisagem de condomínios fechados que faz refletir sobre o arranjo espacial de uma cidade. O contexto de redução do papel do Estado pela difusão das políticas neoliberais está na base da deterioração dos espaços públicos como ruas, praças e parques, calçadas e transportes coletivos, que deixam de ser palco do convívio social, enfraquecendo a relação entre cidadão e cidade. O aumento da divisão social do trabalho é a origem da diferenciação social que cria distinções de recursos e de poder.

Na presente pesquisa pretende-se abordar a delimitação de áreas na cidade do Rio de Janeiro, com base na análise espacial do espaço urbano. Esse espaço é visto como resultado de transformações sociais e históricas que impulsionam as mudanças. Nesse sentido, a delimitação de amenidades naturais e construídas representam o pilar para a configuração espacial dessas áreas e para a escolha da localização habitacional, fomentando a segregação.

A extrema diversidade espacial na cidade do Rio de Janeiro traz em seu perfil uma nítida separação de classes sociais, fruto de diferenças quanto à renda, instrução e tipos de ocupação. As classes com maior poder aquisitivo controlam e produzem ativamente transformações no espaço, consumindo e valorizando de forma diferenciada cada área.

A questão da segregação urbana tem uma longa tradição na história da sociedade, pois, desde a antiguidade, a sociedade já conhecia formas urbanas de segregação

socioespacial (NEGRI, 2008). Morar num bairro periférico de baixa renda significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, de renda e cultura. O autor destaca que a maioria dos investimentos públicos é voltada para os bairros da classe de mais alta renda e, como os bairros da classe de baixa renda localizam-se em sua maioria longe do centro e das classes altas, os investimentos públicos acabam chegando – e quando chegam – de maneira bastante precária. E isto se reflete nos índices de instrução, de saúde, entre outros.

Transpondo esse raciocínio para o debate proposto pela presente pesquisa, cabe abordar as reflexões e exemplos trazidos por Harvey (1980). O autor relata que “a diferenciação residencial deve ser interpretada em termos de reprodução das relações sociais dentro da sociedade capitalista” e, dessa forma, as áreas residenciais fornecem meios distintos para a interação social. Isso se dá, pois, os indivíduos derivam seus valores, expectativas, hábitos de consumo, capacidade de se fazer valer de forma variada e particular conforme os grupos sociais.

A diferenciação residencial significa acesso diferenciado a recursos escassos necessários para se adquirir oportunidades para ascensão social. Negri (2008) destaca que a estabilidade de um bairro e do seu sistema de valores leva à reprodução e permanência de grupos sociais dentro de estruturas residenciais.

A proximidade às facilidades da vida urbana como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais, e ausência de proximidade aos custos da cidade como crime, serviços educacionais inferiores, ausência de infraestrutura são alguns exemplos. A proximidade às estações de trem, a presença de áreas verdes e o zoneamento urbano estritamente residencial potencializam o valor dos imóveis e contribuem para a segregação (SEABRA et al., 2016).

Atributos físicos da cidade tais como a orla, praças, parques (áreas verdes para recreação) e mobilidade urbana representam atributos positivos para a valorização de áreas. Em oposição, a alta ocorrência de criminalidade e ausência de equipamentos urbanos representam aspectos negativos. Em ambos os casos há um aumento da

segregação espacial nas cidades dividindo setores da sociedade com maiores ou menores recursos, afinidades e interesses.

Amenidades Naturais: Valorização da Paisagem Natural e do Meio Ambiente

Ao abordar as amenidades naturais e socialmente construídas cabe apontar a diferença nos conceitos de natural e social. O termo natural na presente pesquisa está relacionado ao conceito de paisagem natural. O social (abordado no próximo item), retrata os aspectos estruturais da cidade em especial comércio, serviços, e equipamentos urbanos relevantes.

A ideia de paisagem envolve diretamente, nas suas acepções, as diferentes visões de relacionamento entre o homem e o meio. No início do século XX, a paisagem foi um tema a ser abordado na geografia numa perspectiva cultural, incorporada nos anos 20, por meio do geógrafo americano Carl Sauer, da Escola de Berkeley e retomada pela vertente da Geografia Cultural na década de 70.

No caso da questão natural, é importante ressaltar que na cidade praticamente não existe uma natureza intocada e sim, elementos que remetem a ideia de meio ambiente e de natureza. As paisagens naturais são elementos dinâmicos, isto é, estão em constante transformação. A sociedade transforma rapidamente e radicalmente o espaço urbano e o meio natural ali inserido também sofre com essas mudanças e gera impactos à disponibilidade e preservação dessas áreas.

Para dimensionar a influência ambiental na cidade do Rio de Janeiro, cabe destacar as possíveis variáveis que podem se tornar indicadores para compreender as Amenidades Naturais. Nesse caso sugere-se uma abordagem considerando:

-Belezas Cênicas Naturais – No caso da cidade do Rio de Janeiro representam em particular a proximidade costeira visto que os elementos da natureza que compõem os espaços litorâneos transformam-se em recursos passíveis de apropriação capitalista, e por isso, são valorizados no âmbito do mercado imobiliário e do turismo. A vista ao mar se torna um privilégio para os imóveis que se encontram no quarteirão contíguo à praia, além daqueles que se encontram nas ruas paralelas e transversais à avenida localizada a beira-mar. Dentro dessa perspectiva é interessante ponderar a ocupação dos espaços

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

litorâneos, tendo em vista que a zona costeira é um ambiente de interação da terra, do mar e do ar que se caracteriza por um frágil equilíbrio dinâmico e que poucas pessoas desfrutam desta amenidade natural com facilidade. O raio de influência considera a capacidade humana de acesso ao recurso sem a dependência direta de um modal de transporte. Nesse caso, uma distância de aproximadamente 5km foi considerada adequada para a análise.

- **Parques e áreas de lazer** – Os parques urbanos carregam a valorização visual e ornamental do espaço. Estas áreas verdes permitem uma interação com a população. No século XX, com a valorização do lazer ao ar livre, os parques passam a ter uma relação mais interativa com seus usuários. O acesso aos parques da cidade sofre com algumas problemáticas devido a possíveis dificuldades de deslocamento, pela insegurança de alguns desses parques por falta de monitoramento e conservação devida e pela falta de uma cultura ambiental ou de costume de frequentar espaços ecológicos naturais por falta de conhecimento, fazendo com que essa amenidade se distancie da sua realidade cotidiana.

- **Arborização Urbana** – A densidade arbórea traz inúmeros benefícios como da diminuição das amplitudes térmicas, melhora do ar a ser respirado, proteção do solo contra erosão e das forças dos ventos, absorção da poluição da atmosfera contribuindo ao refúgio da fauna, promovendo desta forma a ampliação da biodiversidade. As árvores presentes pelas ruas são capazes de mitigar impactos conhecidos no sistema climático, além do conforto visual que as mesmas proporcionam à paisagem.

Outras variáveis podem ser indicadas para representar as amenidades naturais na cidade do Rio de Janeiro, mas essas foram consideradas as mais relevantes e representativas no processo de segregação espacial vigente. O resumo das variáveis é apresentado na figura 1.

Indicadores	Variáveis
Belezas Cênicas Naturais	Proximidade Costeira
Parques e Áreas de Lazer	Parques Urbanos
Arborização Urbana	Densidade Arbórea

Figura 1 – Amenidades naturais adaptadas à cidade do Rio de Janeiro

Cabe destacar que são adequações à realidade do Rio de Janeiro, devendo ser revistas e validadas à outras cidades.

Amenidades Socialmente Construídas: Valorização de Equipamentos Urbanos

A disposição espacial das pessoas no entorno dos espaços urbanos, obedecem também em uma ordem de classes sociais, de forma que os lugares ordenam-se representado em forma e conteúdo a situação socioeconômica dos grupos que os ocupam. Esses lugares, ricos ou pobres, são resultados da atividade do ser humano, que extraiu, transformou e moveu bens econômicos para determinados lugares do espaço, resultando em lugares mais ricos e outros mais pobres.

O processo de diferenciação das localidades conduz a geração de desigualdades geográficas, na combinação dos fatores de produção – como locais de investimento do capital, locais da mão de obra e locais dos insumos. Não foi considerado um raio específico de influência para a análise de amenidades socialmente construídas. Nesse caso deve-se considerar a oferta presente na cidade em análise.

- **Comércio e Serviços:** O shopping Center é uma área que apresenta um significativo contingente populacional estimulando investimentos e negócios nas áreas onde estão inseridos. Eles fomentam o surgimento de centros comerciais. Conseqüentemente, em locais de um público com maior renda, há o estabelecimento de uma gama cada vez maior de serviços, inclusive daqueles mais especializados e elitizados a partir do aumento da construção de grandes centros empresariais e Shoppings Centers. Os Shoppings Centers destacam-se dentre as novas centralidades surgidas a partir da concretização do processo de descentralização das atividades tradicionalmente centrais. O Shopping Center é definido como:

[...] um empreendimento imobiliário de iniciativa privada que reúne, em um ou mais edifícios contíguos, lojas alugadas para comércio varejista ou serviços. Distinguem-se umas das outras não somente pelo tipo de mercadoria que vendem como também por sua natureza distinta (lojas âncoras e lojas de comércio especializado e serviço – que

podem ou não pertencer a redes). A estrutura e funcionamento do empreendimento são controlados por um setor administrativo, necessário para o funcionamento eficaz do shopping center, o que significa dizer que é o setor, cuja responsabilidade é zelar pela reprodução do capital da empresa. Além disso, está a presença de um parque de estacionamento, cujo tamanho se encontra na dependência do porte do empreendimento e de sua localização. Historicamente, é um fenômeno característico das sociedades capitalistas monopolistas (ainda que não necessário). (Pintaudi, 1992, p. 15-16).

O signo do consumo na metrópole tem na figura do Shopping Center importante representatividade como forma simbólica espacial, e cada estabelecimento destes ocupa um lugar específico dentro dessas representatividades para os habitantes e consumidores.

- **Custo Imobiliário** - A produção de habitações com inovações e valor de uso superior às obsoletas carregam um preço de venda cada vez maior, o que amplia a exclusão das camadas populares e contribui para o processo de favelização, principalmente em áreas de menor prestígio social. A proximidade com a violência e a criminalidade causa o desejo de distanciamento para a valorização do imóvel e segurança pessoal. A precariedade das condições de moradia, caracterizada por inúmeras carências e inadequações, tais como a irregularidade fundiária, adensamento urbano, a ausência de infraestrutura e de saneamento, necessidade de sistema de transporte e equipamentos sociais de qualidade, terrenos alagadiços e sujeitos a riscos são elementos que englobam a definição do que é a área favelizada. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), utiliza a expressão “aglomerados subnormais” para caracterizar um dos tipos de assentamento precário, a favela. Os aglomerados subnormais caracterizam-se por um conjunto de domicílios dispostos com frequência de forma desordenada, densa e carentes de serviços públicos essenciais e costumam ser isentos da taxa de IPTU. O cálculo do IPTU na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com a Prefeitura do Rio (2016), é baseado no valor venal multiplicado por uma alíquota de 3,5. O valor venal é calculado pela Testada Fictícia (largura da frente do imóvel), Valor Unitário Padrão (Planta de

Valores dos Imóveis do Município) e fatores que condicionam o aproveitamento do imóvel (como características topográficas ou drenagem, por exemplo).

- **Segurança Pública** - O mapeamento de criminalidade surge como uma ferramenta importante para análise espacial relacionada a determinadas situações que comprometem a segurança da população. Trabalhar com dados de violência urbana se torna uma tarefa delicada, visto que na cidade do Rio de Janeiro, esta é uma das categorias que mais assola a preocupação do cidadão carioca. Além disso, as informações podem não ser condizentes com a realidade dos fatos, pois os homicídios contabilizados só levam em consideração os que obtiveram registro legal.

- **Transportes** - A tentativa de mensurar a quantidade de estações presentes nos bairros remete ao fator tempo de deslocamento que a população realiza nos trajetos pela cidade e a caracterização desse movimento. Permite, pois, um entendimento mais amplo do urbano ao tratar de uma questão cotidiana e de suas relações de mobilidade da população. No Rio de Janeiro, as estações variam de acordo com o modal aparente da localidade. Poucos são os locais que possuem uma integração intermodal que facilitariam o deslocamento mais ágil para todas as áreas da cidade. O resumo das variáveis é apresentado na figura 2.

Indicadores	Variáveis
Comércio e Serviços	Shopping Center
Custo Imobiliário	Média do Valor Venal
Segurança Pública	Ocorrências de Homicídios
Transportes	Estações de BRT, Metrô e Trem

Figura 2– Amenidades socialmente construídas adaptadas à cidade do Rio de Janeiro

Reflexões sobre o uso de amenidades na análise do espaço urbano

Observando-se a o potencial de uso das amenidades naturais na análise do espaço urbano no Rio de Janeiro cabe destacar:

No caso das *Belezas Cênicas* observa-se que o alargamento de áreas residenciais ao longo da orla carioca se constituiu como um dos processos básicos da urbanização e de movimentação turística da cidade. Dos bairros que possuem proximidade costeira destacamos a orla da Zona Sul da cidade e a grande expansão para a Zona Oeste com as
SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

praias para banho de mar. Para além das praias, também foi considerada a proximidade com a Baía de Guanabara, mesmo que em condições atuais não límpidas, mas ainda carrega seu prestígio histórico cultural e social em determinados bairros, como a Ilha de Paquetá e os bairros da Ilha do Governador.

Sobre os parques e áreas de lazer quando bem estruturados, são indicadores de qualidade de vida, por estarem ligados ao lazer, à recreação e a prática de atividades físicas, e por se constituírem em locais de convívio social. Observa-se uma concentração em bairros da zona sul com destaque para o bairro de Copacabana.

Sobre a arborização urbana, os dados mostram que mesmo com a existência de um Plano de Arborização Urbana, alguns locais do município refletem as dificuldades na gestão e manutenção dos indivíduos arbóreos viários analisados, principalmente em áreas de favela.

Sobre as amenidades socialmente construídas, o fator de localização de comércio e serviços por ser visto como o lócus central de lojas, serviços, restaurantes, locais de entretenimento e lazer, que atualmente atraem grande parte do mercado consumidor carioca. Há um caso especial de concentração de shoppings, o bairro da Barra da Tijuca, bairro de classe média e alta da Zona Oeste da cidade, onde se observa nas últimas décadas forte expansão desse equipamento urbano, sendo 9 shoppings considerados como pólos de concentração de comércio e serviços.

O mapeamento de áreas de valorização da cidade é de interesse dos mecanismos públicos para a tomada de decisão, não somente pela possibilidade de controle do IPTU, mas também pela possibilidade de desenvolver estudos de viabilidade para futuras obras públicas, levantando demandas e expansão da infraestrutura urbana, previsão de custos em desapropriações e muitas outras projeções da gestão administrativa. Sobre o perfil imobiliário da cidade do Rio de Janeiro, os dados sobre as médias de valores venais indicam que é possível visualizar uma desvalorização significativa de áreas de favelas e do subúrbio, principalmente se comparadas às áreas da Zona Sul e Barra da Tijuca.

As comunidades pobres muitas vezes não têm interação com as comunidades do entorno, ou seja, as pessoas moram em uma 'ilha de pobreza' e não interagem com

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

peessoas que são de outra classe social, de outra faixa de renda. São áreas da segregação na cidade, onde não só ocorre a violência dentro, mas com consequências negativas para a sociedade como um todo. As ações e a cobertura da segurança pública fornecida distribuem-se de forma profundamente desigual nos diversos espaços geográficos da cidade, priorizando estes espaços de acordo com sua visibilidade política, seu impacto na opinião pública e, principalmente na mídia, que por vezes se comporta de forma subjetiva de acordo com o status social das vítimas. Como efeito, as áreas mais abastadas, ostentam as vantagens de possuir uma dupla segurança, a pública e a privada, no tempo em que as áreas periféricas sofrem com a ausência dessa amenidade.

Com relação aos transportes, observa-se a concentração de estações para determinados modais como trens e metro. Conforto, segurança e tempo não estão sendo levados em consideração especificamente nessa informação. O foco é se o bairro está apto para proporcionar meios para a população se deslocar pela cidade minimamente, tendo seu bairro como referência para o ponto de partida desse deslocamento.

Considerações finais

A contribuição da pesquisa está em pauta pelo olhar diferenciado sobre o espaço urbano a partir de variáveis ambientais e socialmente construídas. As questões teóricas e metodológicas resultam da compreensão dos diversos elementos ambientais e sociais que constituem a formação socioespacial urbana, compreendendo estes elementos como determinantes nos níveis de desigualdade e que, em verdade, revelam-se em dimensões de exclusões e/ou limitações que conflituosamente sinalizam a segregação espacial dos sujeitos.

Conclui-se que os processos de segregação socioespacial e exclusão funcionam como características fundamentais da cidade capitalista e do processo de urbanização excludente, considerando que sua principal forma de expressão é a configuração das desigualdades sociais e espaciais intraurbanas, configurando a separação, em distintas áreas ou zonas da cidade, das diferentes classes sociais, ou seja, a localização da classe mais rica, mais privilegiada segregada e excluindo a classe social menos favorecida,

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

tendo sua expressão máxima em formas simbólicas espaciais, representadas na produção de loteamentos populares ou ocupações irregulares em favelas ou até mesmo ao outro extremo do universo de construções de condomínios fechados.

No caso do Rio de Janeiro cabe destacar a importante visão analítica das amenidades como norteadoras da ocupação em curso e como diretriz para mudanças intraurbanas na cidade. Espaços como a Lagoa Rodrigo de Freitas, que agrega enorme valor aos imóveis no seu entorno traduzem como as amenidades naturais (própria Lagoa), e socialmente construídas (farto comércio e setor de serviços) propiciam e apoiam a segregação na cidade. Há uma atração de uma população elitizada para ocupar esses espaços isolando mais as classes menos favorecidas às comunidades e áreas mais carentes da cidade.

Novas variáveis podem e devem compor esse tipo de análise, bem como observa-se a necessidade de se avaliar as peculiaridades presentes em outras cidades.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

ALVAREZ, Isabel Pinto. *A Segregação como Conteúdo da Produção do Espaço Urbano*. In: CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria; VASCONCELOS, Pedro de Almeida (orgs.). *A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial*. São Paulo: Contexto, p. 111-126, 2013.

BICHR, Renata Mirandola. *Determinantes do acesso à infraestrutura urbana no município de São Paulo*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 24, n. 70. p. 75-89. jun. 2009.

BOTELHO, Adriano. *O urbano em fragmentos*. A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Enclaves fortificados: a nova segregação urbana*. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 47, p. 155, 1997.

CASTELLS, M. *A Questão Urbana*. 2000. 590p.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

SILVA & SOUZA, Amenidades naturais e socialmente construídas na configuração de áreas segregadas no município do Rio de Janeiro

- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Segregação Residencial: Classes Sociais e Espaço Urbano*. In: de Almeida Vasconcelos, P., Corrêa, R. L., & Pintaudi, S. M. A cidade Contemporânea: Segregação espacial. Revista Geografares, 2013.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1997.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- GAMA, Haroldo Torres. *Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19, núm. 54 pp. 41-55. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo, 2004.
- GEORGE, Pierre. *Geografia Urbana*. São Paulo: Difel, 1983.
- GONÇALVES, Thiago Giliberti Bersot. *Periferias segregadas, segregação nas periferias: Por uma análise das desigualdades intraurbanas no município de São Gonçalo, RJ*. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo – UFRJ/PROURB, Rio de Janeiro, 2012.
- GUATELLI, Igor. *Arquitetura dos entre-lugares: sobre a importância do trabalho conceitual*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.
- GUGLIEMO, Raymond. *Les grandes métropoles du monde*. Paris: Armand Colin, 1996.
- HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- _____. *El nuevo imperialismo*. Madrid: Akal, 2003.
- HERMANN, Bruno M. & HADDAD, Eduardo A. *Mercado Imobiliário e Amenidades Urbanas: a view through the window*. Est. econ., São Paulo, abr-jun 2005.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- _____. *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa: Ulysseia, s/d.³
- _____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.
- _____. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- _____. *Du rural à l'urbain*. Paris: Anthropos, 2001.
- MARX, Karl. *El capital*. Tomo III, volume 8. Madrid: Siglo Veintiuno, 1984.
- _____. *Manuscrits de 1844*. Paris: Flammarion, 1996.

- _____. *Teorias sobre la mais-valia*. México: Fondo de Cultura Econômica, Volume 2, s/d.
- _____. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*. Vol. 1. Buenos Aires: Siglo XXI, 1977.
- MARISCO, Luciane Maranha de Oliveira. *A norma e o fato: abordagem analítica da segregação sócio-espacial e exclusão social a partir dos instrumentos urbanísticos*. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/102970>>
- MATOS, Olgária C. F. *A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças*. IN: Espaço e debates. São Paulo: CEBRAP, out/dez, 1982.
- NABUCO, Maria. *A reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- NEGRI, Silvio Moisés. *Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises*. Revista COLETÂNEAS DO NOSSO TEMPO, Rondonópolis - MT, v. VII, no 8, p. 129 a 153, 2008.
- OSMONT, Annik. *La banque mondiale et les villes*. Paris: Karthala, 1995.
- PINTAUDI, Silvana Maria. *O shopping centers no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização*. In: PINTAUDI, Silvana Maria e FRÚGOLI Jr., Heitor (orgs): *Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- PREFEITURA DO RIO. Plano diretor de arborização urbana Rio de Janeiro. Fundação Parques e Jardins, 2015. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4683370/4190252/PDAU.pdf>>
- SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, v. 3, 1994.
- SASSEN, Saskia. *A cidade global*. IN: LAVINAS: LENA; CARLEIAL, Lina; e NABUCO, Maria. *A reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SEABRA, Deborah Maria; NETO, Raul da Mota Silveira; MENEZES, Tatiane Almeida de. *Amenidades urbanas e valor das residências: uma análise empírica para a cidade do Recife*. Economia Aplicada, v. 20, n. 1, p. 143, 2016.
- SMITH, Neil. *Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano*. IN: GEOUSP – Espaço e Tempo. Revista de Pós-Graduação. São Paulo: Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2007, n.º 21, p. 15-31.
- VANEIGEIM, Raoul. *A Arte de viver para a geração nova*. Portugal: Afrontamento, 1980.
- VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. 1998. Editora Nobel. 373p.

ZANELLA, Maria Elisa. et al. *Vulnerabilidade Socioambiental de Fortaleza*. In: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; COSTA, Maria Clélia Lustosa (orgs.). *Vulnerabilidade Socioambiental da Região Metropolitana de Fortaleza*. – Fortaleza: Edições UFC, 2009.

Data de Submissão: 12/12/2019

Data da Avaliação :26/05/2020